



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

103

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0200805-9/01
COMARCA: Petrolina /
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
AGRAVADO: Roberto Tadeu Pereira Cruz
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.


5524

EMENTA: EXECUÇÃO FISCAL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO LEGAL INTERPOSTO CONTRA DECISÃO COLEGIADA. NÃO CABIMENTO. 1. Nos termos do art. 557, § 1º, do CPC, o recurso de agravo deve ser interposto em face de decisão monocrática que negar seguimento a recurso. 2. No caso, o agravo foi interposto em face de acórdão que deu provimento parcial a recurso de apelação. 3. Decisões colegiadas, consubstanciadas em acórdão, não desafiam o recurso de agravo. 4. Recurso de Agravo não conhecido, por unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 0200805-9/01, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível desse Tribunal de Justiça, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto relator.

Recife, 28 de janeiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



21
104.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0200805-9/01
COMARCA: Petrolina
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
AGRAVADO: Roberto Tadeu Pereira Cruz
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

RELATÓRIO

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto pelo Estado de Pernambuco, em face de **acórdão** prolatado pela 8ª Câmara Cível que deu provimento parcial ao apelo, afastando a extinção do processo sem resolução do mérito, com baixa na distribuição, determinando apenas o arquivamento dos autos, sem baixa na distribuição, com base no RESp 1.111.982 – SP, Rel. Min. Castro Meira.

O acórdão foi publicado em 30 de novembro de 2009, e o presente “recurso de agravo” foi protocolado em 09 de dezembro de 2009, sustentando que (i) a decisão atacada contraria o conteúdo da Súmula Vinculante nº 10 do STF, “*que preceitua a impossibilidade de ser afastado dispositivo de lei estadual sem a sua declaração de inconstitucionalidade pelo Plenário*” e (ii) o acórdão em tela choca-se com a diretriz jurisprudencial encartada no Recurso Especial nº 1.125.627/PE, Rel. Min. Teori Zavascki (submetido à Lei dos Recursos Repetitivos).

Daí se seguiu o presente Recurso de Agravo.

É o relatório.

Recife, 28 de janeiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



22
1
105

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA
8ª CÂMARA CÍVEL

RECURSO DE AGRAVO Nº: 0200805-9/01
COMARCA: Petrolina
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco
AGRAVADO: Roberto Tadeu Pereira Cruz
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello.

VOTO

Preliminar de não conhecimento

Suscito, de proêmio, a preliminar de **não conhecimento** do presente **recurso de agravo**.

Isso porque o recurso de agravo, conforme o art. 557 e seus parágrafos, do CPC, deve ser interposto em face de decisão do Relator que negar seguimento a recurso (decisão **monocrática**, portanto).

O artigo 557, §1º, do CPC, tem a seguinte redação:

"Art. 557. O relator negará seguimento a recurso manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior.

§ 1º-A - omissis

§ 1º. Da decisão caberá agravo, no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso, e, se não houver retratação, o relator apresentará o processo em mesa, proferindo voto; provido o agravo, o recurso terá seguimento".

Todavia o presente recurso de agravo foi interposto em face de **acórdão** que **rejeitou** recurso (decisão colegiada). Como cediço, decisões colegiadas não desafiam recurso de agravo.

Ante o exposto, **não conheço** da presente iniciativa recursal. É como voto.

Recife, 28 de janeiro de 2010.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator